

Trauma, violência de Estado, colonialidade: elementos para uma clínica-política orientada pela psicanálise no contemporâneo

Trauma, State violence, coloniality: elements for a clinical- politics oriented by psychoanalysis in contemporary

Trauma, violencia de Estado, colonialidad: elementos para clínica-política orientada por el psicoanálisis en el contemporáneo

Trauma, violence d'État, colonialité : éléments pour une clinique- politique orienté par la psychanalyse dans le contemporain

RENATA THEOPHILO DA COSTA-MOURA
AMANDA ABIGAIL GARCIA DE MENDONÇA
DOLORES CAROLINA MENEZES DA MOTTA
FABRÍCIO MARTINS PINTO
PAULA PEREIRA

O artigo apresenta uma discussão teórica e de implicações clínicas sobre trauma por violência de Estado a partir da psicanálise, entendendo-se que aí estamos diante de um real traumático inseparável de sua dimensão política no contemporâneo. A discussão que se apresenta é parte do trabalho clínico-político realizado no Núcleo de Psicanálise e Política da Universidade Federal Fluminense com pessoas atingidas por violações de direitos elementares causadas por agentes de Estado. Relata-se certas dificuldades na condução do tratamento que levaram a invenções significativas no dispositivo, ao mesmo tempo em que seguem subvertendo nossa própria posição na psicanálise. Destacando então a dimensão política do real traumático paradigmático de uma nova discursividade em nosso tempo, encontramos a atualização do discurso colonial atuando como verdade

Trauma, violência de Estado, colonialidade:
elementos para uma clínica-política orientada pela psicanálise no contemporâneo

do discurso capitalista neoliberal. Frente ao gozo racista de Estado assim desmascarado, como construir e sustentar uma clínica decolonial e portanto antirracista? Desde os graves sofrimentos psíquicos que nos chegam após uma violência extrema armada, que não ocorre sem efeitos sobre o coletivo, o texto explora possíveis condições de abertura de um espaço clínico-político.

Palavras-chave: Psicanálise. Política. Trauma. Violência de Estado. Colonialidade.

Periferias, vielas, cortiços

Você deve tá pensando

O que você tem a ver com isso?

Desde o início, por ouro e prata

Olha quem morre, então

Veja você quem mata

Racionais MC's

*Quanto aos ensinadores-babacas, a história é
outra. Na medida em que um assunto delicado
como o da ética não é hoje absolutamente
separável do que se chama de uma ideologia,
parece-me oportuno dar algumas precisões sobre
o sentido político dessa virada da ética da qual
somos responsáveis, nós, os herdeiros de Freud.*

Jacques Lacan

Parte 1

O Brasil é um dos países no mundo que tem os maiores números absolutos de mortes por conflitos armados. O Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF 2023) indica que mais de 60 mil pessoas são assassinadas por ano no país, especialmente jovens pretos, pobres e periféricos. Segundo o mesmo grupo GENI- UFF:

Trauma, violência de Estado, colonialidade:
elementos para uma clínica-política orientada pela psicanálise no contemporâneo

[...] está em curso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro um processo de estatização das mortes associado à produção de mega chacinas (...), ações “avalizadas” por seus superiores hierárquicos e amparadas pela impunidade concedida pelo Sistema de Justiça Criminal. (GENI, 2023, p. 24)

Segundo o Instituto de Segurança Pública, entre 2000 e 2021, as polícias fluminenses mataram 21.216 pessoas. Destes, apenas 8,7% foram denunciados à justiça, sendo que em 2021 apenas 0,1% o são. (Fórum Justiça, 6 abr. 2023). Já em pesquisa publicada pelo Ministério Público Federal, (cf. Costa-Moura, Gomes 2021) salientávamos que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2021) alertara para o problema da letalidade policial no Brasil, destacando negativamente o Rio de Janeiro e emitindo recomendação expressa ao país para garantir assistência psicológica às vítimas desta violência.

Foi neste contexto que nos aproximamos de movimentos sociais de favelas e de familiares atingidos pela violência armada e de Estado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Foi deles que ouvimos as demandas que ainda causam nosso trabalho na clínica praticada no Núcleo de Psicanálise e Política da Universidade Federal Fluminense, NUPP- UFF. Tais demandas por atenção clínica, e, ainda, por pesquisa qualitativa nos colocaram a trabalho. E, além disso, como instituição acadêmica, nosso objetivo tem sido o de fazer convergir nossos esforços e trabalho qualitativo para uma produção com valor de diretriz para subsidiar uma política pública de reparação psíquica, ou seja, de atenção em saúde mental no Sistema Único de Saúde brasileiro voltada especificamente para as pessoas afetadas por violações de direitos fundamentais.

A ideia deste artigo é refletir sobre a intervenção clínico-política estabelecida, deixando-nos ensinar pelos impasses, problemas e desafios desta práxis desde a psicanálise na Cidade. Se, desde o início, a demanda de movimentos sociais e territoriais foi, e é, o motor, hoje, operando, portanto, forçosamente no registro de uma clínica-política, conta também com a interface fundamental de parte do Sistema de Justiça, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos - NUDEDH / DPERJ. Como veremos, isso não ocorre sem efeitos para o tratamento, tendo mesmo uma importância significativa.

Parte 2 – o traumático da violência de Estado como patologia do social na clínica-política

A psicanálise emerge como um discurso que coloca o trauma no centro do processo de subjetivação, quer em sua dimensão teórica, quer na prática clínica da qual é inseparável. E assim o faz, reposicionando o trauma do registro da medicina, visível e orgânico, para o registro dizível da experiência. Trata-se do trauma psíquico, caracterizado como choque, não no corpo orgânico e sua lesão, mas no nível psíquico, no nível da experiência de um sujeito. Suscitando o afeto do susto e do terror (*Schreck*), esse choque deixa uma marca indelével, razão pela qual o acontecimento traumático insiste em se repetir, sempre relançando o desafio da subjetivação de algo que, no limite, insiste porque é *insubjetivável* — o que em termos freudianos designamos como *irrepresentável* no psiquismo. E isto orienta Freud quando se dedica à etiologia e ao mecanismo psíquico da histeria. A partir da histeria, Freud (1895/2016) posiciona o trauma no plano da sexualidade, primeiramente definindo o trauma psíquico como trauma sexual, efeito de uma relação de poder e da resposta de sujeito a ela, naquilo que veio a se conhecer como *teoria da sedução*. Contudo, mais tardiamente, o tema do trauma é retomado no pós-Primeira Guerra Mundial em “*Além do princípio do prazer*” (1920/2010). Desde então, Freud destaca a compulsão à repetição (*Widerholungszwang*) em jogo, não somente, mas, sobretudo, nos sonhos traumáticos dos casos de neuroses de guerra: sonhos que insistem em repetir, não um desejo, mas o acontecimento traumático, além dos limites do princípio do prazer, repetindo experiências do passado que, atravessando o sujeito, proporcionam um desprazer irreduzível ao desprazer de percepção (Freud, 1920/2010, p.179). De modo que o traumático, isto é, esse *insubjetivável*, ressurge na obra freudiana em 1920, além do trauma sexual, como o traumático da morte e da guerra.

Vale realçar que esse *insubjetivável* e *irrepresentável* do trauma é retomado por Lacan em diversos momentos de seu ensino. Desde o primeiro de seus seminários está lá, como núcleo primitivo, fundo e suporte dos “[...] avatares do recalque.” (Lacan, 1953-1954/2009, p. 63). Depois, reportando-se ao trauma como o *inassimilável*, fazendo notar sua opacidade e limite da rememoração, Lacan o aproxima da categoria aristotélica de *tiquê*, encontro com o real contingente, afirmando-o como encontro que “[...] se apresenta primeiro, na história da psicanálise, de uma forma que, só por si, já é suficiente para despertar nossa atenção — a do traumatismo.” (1961/2008, p.60). Cada vez mais, ao longo de seu ensino, se dá uma aproximação entre o trauma e o real, cuja etiologia

remonta às marcas dos primeiros encontros do corpo com a linguagem no sujeito falante, *falasser (parlêtre)* e o furo (*trou*) ou buraco do real que aí se produz descompletando o simbólico e permanecendo refratário a este, o que Lacan (1973/1974) designa com o neologismo *troumatisme*. Não obstante, a partir disso Lacan também concebe o trauma em relação a uma modalidade de escrita para o real (Lacan, (1975/2007, p. 127).

Em nosso tempo, precisamos trabalhar ainda com outra dimensão do trauma, sem prescindir das demais. Os dados trazidos no início deste artigo sobre a violência de Estado no território fluminense sem dúvida refletem a insistência do real traumático hoje, na segunda década do século XXI, na esteira das Grandes Guerras, mas com inovações não antecipáveis. O mundo ainda insiste na guerra e na morte, porém esta repetição marca, como previa Lacan desde 1967, uma "facticidade" cada vez mais ampla e mais dura no campo da segregação. Estatizando a fabricação das mortes, fica reservado às massas periféricas a condição de vidas que não gozam do direito à existência, ou seja, como previa Lacan em um movimento de amplo segregacionismo, "um racismo por vir", implicando em ascensão de campos de concentração e extermínio a céu aberto (Lacan, 1967/2003).

Com efeito, a guerra conflagrada por tais chacinas tem sido filmada, registrada de mil maneiras, mas também desmentida, silenciada, ou ainda pior, justificada. São algumas as pesquisas científicas que caracterizam a ocorrência categórica de um genocídio, um impacto geracional especialmente na vida de jovens negros (cf. Lopodote et al, 2018). A análise é de um genocídio planejado e executado sistematicamente por uma política insana, que se auto- desconstroi. Em terras *brasilis* de hoje, o Estado passa a executar um modelo de eliminação da alteridade no interior mesmo da sociedade, cria-se a figura do *inimigo interno*, estendendo o que era reservado ao outro externo das colônias, para uma situação de exceção regular, ou seja, uma contradição oximórica entre os termos, no interior da própria sociedade. Do exótico inferior, torna-se o modelo de um outro interno, doméstico, familiar, vizinho, que se sustenta por uma visão conspiratória, e subalternizante até a desumanização (cf. parte 3 e 4). E o mais grave, atinge hoje um número e um recorte populacional com efeitos geracionais.

Nesta anomia evidente no Rio de Janeiro onde atuamos, a exceção é regular e isso é patente. Dados do Fórum Justiça (2023) indicam que 91,3% dos casos de agentes autores investigados pela letalidade policial foram arquivados, sendo que o número de mortos totalizava 23 mil pessoas de 1993 a 2021. O ato traumático parece que vai se

somando à disfuncionalidade do sistema judiciário de forma negacionista e dilacerante. Ora, quando ouvidas, tais vítimas desta extrema violência trazem modalidades de sofrimento psíquico, sintomatologias e patologias bem próprias.

Como então sustentar uma clínica com os que vivem e experimentam esta atual violência extremada, armada, ilegal/abusiva de Estado, que atua de forma sistemática, repetitiva? Como, se, para piorar o terror, a violência ainda é francamente desmentida por mais de uma instituição pública, ou, como ocorre cada vez mais, até justificada? Como responder a quem vive mais diretamente as vicissitudes de um gozo perverso racista (cf. também Ribeiro, 2020) imposto de forma invisível socialmente, embora realizado sistematicamente e naturalizado por um discurso que atravessa tudo e todos contra alguns?

Trabalhar com o trauma marcado por esse tipo de violência de Estado impõe uma dupla consequência. Primeiro, isso passa por considerar o traumático produzido na relação com a organização do Estado que, desde a concepção weberiana, se estabelece como a instância que tem a prerrogativa do monopólio do uso legítimo da força, da violência, a fim de garantir a segurança da população. Ou seja, trabalhar com violência estatal exige questionar o propósito manifesto pelo pacto social na fundação do Estado ultra-moderno, como exige encontrar uma nova etiologia do trauma na violência a direitos elementares da população. Aliado a isto, também precisamos considerar a própria sociedade que ativa ou omissivamente assente à lógica da violência estatal. Pois, assim fazendo, oferece a condição de possibilidade e sustentação do que fora referendado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2021, por parte de muitos especialistas que entendem então que esse quadro, gravemente inconstitucional, vem constituindo um processo de “estatização das mortes das pessoas” (CIDH, 2021). Segundo, isso passa por considerar uma etiologia eminentemente política para o trauma — algo que já está na definição psicanalítica do mesmo desde o princípio, afinal, não é isso que se revela desde quando Freud tematiza o trauma efeito do pós-guerra, ou, ainda antes, desde a relação de poder pela a qual o que é traumático na sexualização se atualiza? Ademais, Freud segue questionando a interpretação segundo a qual a psicologia individual se separaria da psicologia social. Mesmo que fosse possível um indivíduo sem vínculo algum com algum grupo psicológico, resta que há sempre no indivíduo a presença do Outro, exigindo do clínico se colocar a questão social em sua própria práxis.

Ao longo de todo seu ensino, vale lembrar, Lacan acentuará que a determinação do Outro, do social, da política é presente na constituição do sujeito, conferindo uma condição política ao inconsciente, tal como expressa o aforismo segundo o qual “[...] o Inconsciente é a política.” (Lacan, 1966-1967). Ora, essa dimensão política se evidencia ainda mais quando trabalhamos com pessoas atingidas pela violência de Estado: aí o reencontramos como *trauma político* operando como vetor de subjetivação no capitalismo contemporâneo. Quando Lacan constrói um quinto discurso para dar conta da sociedade marcada pelo modo de produção capitalista, é porque entende que somos fabricados nesta estrutura discursiva, que atravessa tudo e todos, em maior ou menor grau, como veremos adiante, inclusive e sobretudo na clínica, onde a incidência singular de nosso tempo é pinçada. Por conseguinte, o trauma em questão não pode jamais ser pensado sem relação com a forma em que, em dado corpo social, sua existência é partilhada politicamente. Podemos mesmo cerni-lo como estando no epicentro das *patologias do social* — tal como o psicanalista Christian Dunker (2018) as define, ou seja, em um duplo sentido: primeiro, no qual as configurações totalizantes e reificantes do social teriam elas próprias algo de patológico, e, segundo, no qual as formas de patologias advêm *do social*.

Assim sendo, fazer ver a agência do Estado no traumático passa por considerar o patológico não somente como mecanismo de resposta à Lei, à castração, à falta, mas como algo que se sobrepõe ao *troumatismo* do sujeito falante e se coloca no real, como efeito da incidência de uma lei insana, destruidora, na medida em que o poder *se serve da lei posta* para violá-la radicalmente, findando por apropriar-se não apenas da vida dos cidadãos, dos limites, normas de se viver e se conduzir; mas também por intervir em como devem morrer; e ainda quem o deve, e como, no sentido daquilo que Mbembe (2018) descreve como necropolítica. As violações de direitos fundamentais perpetradas pelo poder, pelo Estado, precisam ser identificadas nos termos das patologias do social: tanto no sofrimento de populações inteiras, quanto no reconhecimento de que o corpo social — que, em última instância, a torna possível — padece e sofre. O problema é que a própria sociedade dá seu assentimento a este horrorsem sentido, direta ou veladamente, pela ação ou omissão. Frente ao gozo dito exterminador (Guerra, 2022) tornado possível pela institucionalização do racismo de Estado de exceção regular; frente à fábrica de morte e guerra, não existe se subtrair como sujeito de discurso. A omissão é uma ação. Por fim, no caso brasileiro, o social ainda padece pela facticidade de um real com valor geopolítico

na prôa do neoliberalismo mundial, unindo necropolítica, racismo, discurso colonial e imperial capitalista.

Do irrepresentável freudiano ao inassimilável lacaniano, encontramos a razão da insistência desse real traumático, e seu desafio: lidar com o insubjetivável. Todavia, cernilo como trauma político fornece também uma pista para o tratamento. Sem perder a direção do tratamento, indo do trauma ao *troumatismo* do *falasser*, a dimensão política pode comparecer em sua potencialidade de transformação da experiência traumática e seus efeitos de silenciamento, melancolia, torpor, petrificação, em prol de uma experiência de sujeito, nomeado socialmente, fazendo corpo, laço social, tomando a voz na Cidade, e em ato político. O NUPP-UFF se organiza como um dispositivo clínico junto àqueles para os quais a morte violenta faz parte da vida cotidiana, tendo como direção uma clínica inseparável de ações articuladas clínica e politicamente. Consideramos que essa práxis não pode recuar das dimensões política e social do problema: um real da morte violenta ilegal em massa, quando os mortos não têm mais nomes, nem mesmo se contam um a um. Diante de tal cenário, faz-se necessário somar forças às resistências já presentes nos territórios e contar sim cada vida, nome, memória e, no que concerne à psicanálise, permitir a expressão política da clínica.

Parte 3 – na trincheira decolonial: a clínica-política como enfrentamento ao neoliberalismo e ao neocolonialismo.

Ao falarmos de trabalho clínico-político naturalmente estamos tratando do laço entre o sujeito do inconsciente e o social, um laço inextrincável para a psicanálise. Desde a entrada na história do discurso capitalista (Cf. Lacan 1972) chega-se nos tempos que correm à era da ultra-extensão do lucro e das formas de extração de mais-valia, que segundo Dardot e Laval podem ser cernidas pela passagem do liberalismo ao que chamam de neo-liberalismo, à partir da qual tudo e todos tornam-se comercializáveis (Dardot e Laval, 2016).

Com a psicanálise também podemos pensar que dessa única dimensão que resta ao objeto, comercializável, e como tal fenomenalizável, presentificado, uma grande mutação entra em curso em nossa cultura, fazendo-nos passar a uma ordem além das gravidades da era patriarcal, regida, agora, diretamente pela relação objetal. O novo mestre sendo o objeto, não mais figuras simbólicas que faziam autoriade, temos a necessidade que o objeto de gozo esteja realmente presente. Mesmo que ele escape, essa

necessidade exige, ainda, portanto que seja sem entraves. No nível social, os limites terão de ser impostos realmente, sem recurso ao simbólico, ou seja a sociedade se torna, mais do que nunca, policiada. E, assim, longe de prescindir do Estado, essa nova racionalidade carrega também uma ilimitação em seu ultra-autoritário poder de punir, e violar, romper os diques as barreiras, chegando mesmo a violar direitos tidos desde o pós-guerra como elementares.

De fato, no território latino-americano e, especificamente, o brasileiro e carioca, este Estado punitivo agigantado é algo que já se apresenta, de imediato, como questão. Dado que o Brasil é um dos territórios que mais recebeu contingentes de pessoas escravizadas a partir do tráfico estabelecido por Portugal, a abolição da escravidão deveria ser o grande marcador de direitos do país na passagem para sua independência, e que, a partir dela, se estabelecessem as necessárias políticas de reparação, o que evidentemente não se apresentou nem de perto na proporção que era devida, mas antes se tardou bem além de sua independência, e, ao cabo em 1888, dando reparação, antes, aos senhores escravocratas e não aos escravizados. Aliás, a problemática da escravidão deveria ter sido razão e marcador suficiente para pensar-se direitos humanos naquele início da modernidade, com a criação de um estatuto tal qual o que só veio a ocorrer após a Segunda Guerra Mundial.

Recuperando autores fundamentais do campo dos estudos decoloniais no Brasil e no sul global, Guerra (2022, p.167) retoma o discurso do capitalista apresentado por Lacan (1972) – o capitalismo de guerra, imperial, aliado à ciência universalizante e tecnológica–, e encontra a verdade de seu funcionamento no discurso colonial atual, ou seja, no gozo colonial racista atualizador do colonialismo no interior do capitalismo, em um neo-neocolonialismo (Cf. Mbembe 2018) mundial — algo evidente no caso brasileiro. A mutação da qual falávamos, estende-se além dos operários e oprimidos que ainda eram de certa forma vistos como sujeitos da História, e age como se restasse um único lugar para a subjetividade na atualidade, o de um sujeito do traumatismo, um sujeito vítima de um traumatismo na realidade. De modo que, para sustentar a realidade da ultra-lucratividade, produtora desse nível de segregação inédito, necessita de um Estado policial. Ora, que agentes do estado passarão ao ato a verdade de nossa era, senão os da segurança pública e do Sistema de Justiça Criminal como um todo?

E, de fato, em seu último livro, *Sujeito Suposto Suspeito* (2022), Guerra trata da mutação na economia psíquica, em especial no nível da transferência e formula a

categoria que coloca a suspeição como lógica promotora do inimigo na regência de diversas relações: econômicas, sociais, simbólicas e, inclusive, analíticas. No âmbito analítico, precisamos, com efeito, detectar o laço do sujeito ao social de seu tempo, em traços como uma desconfiança não raro presente na transferência negativa; no ódio, que cada vez mais nos aparece como maciço, sem ambiguidade, ou até na indiferença que também reconhecemos como ausência de transferência (Guerra, 2022, p.160-165). Esses novos elementos clínicos, podemos pensar, não poderiam deixar de encontrar sua matriz num regime afetivo e lógico que se assenta no funcionamento social, no caso, como dizíamos neoliberal, mas também, patriarcal, cisheteronormativo, burguês e branco — pilares do discurso desde o período colonial. E findam por imporem-se pelas injunções, nítidas hoje, de performance, produtividade e mesmo exploração, mantidas “[...] ao preço da destruição e genocídio do outro, da depredação do meio ambiente e da aniquilação radical da diferença [...]” (Guerra, 2022, p.169), mantendo sempre o outro suspeito na sua mira. O genocídio realizado nas periferias do Brasil se torna possível justamente pela criação da figura de um inimigo interno, sempre suspeito. Ademais, nossa pesquisa em curso nos lembra que o que os movimentos sociais chamam de genocídio do povo negro brasileiro, também aponta para o gozo racista de nossa sociedade na medida mesma em que escancara o traço de perversão presente na própria formação do povo brasileiro desde o período colonial, atualizando o horror antes imposto ao colono, como alteridade frente ao colonizador, para um alvo agora interno, sobre vidas que têm raça e classe social demarcadas. Os supracitados pilares do discurso colonial cernidos por Guerra (IBID) sustentam também o gozo imperialista capitalista ultramoderno que, no sul global, por sua regressão ao discurso colonizador, nos evidencia tal obscenidade do gozo no contemporâneo. Alinhavadas pela normativa do progresso, não são estas as mesmas forças que enterravam corpos escravizados pelas ruas da urbanização, como ocorrido no Cais do Valongo no Rio de Janeiro, por exemplo? Como assinala Lacan, tal progresso não se faz sem a ascensão da ciência e sua divulgação tecnológica aliançada ao acúmulo virtualmente infinito e universal do capital. Porém, concluimos, com um saldo bem real e devastador para populações inteiras abaixo da linha do equador.

Em contrapartida, a psicanálise não pode ficar indiferente ao horror de seu tempo. Urge tomar posição ética diante das dificuldades que o regime neoliberal brasileiro coloca, ou seja, realizar um giro decolonial, termo cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005 no encontro que se intitulou *Mapping Decolonial Turn* (como citado em

Ballestrin, 2013) ou *elipse decolonial* – para usar a expressão de Guerra em *A psicanálise em elipse decolonial* (2021, p.11). No tocante a nossa clínica com pessoas atingidas pela violência armada nas periferias, o psicanalista não pode senão incidir politicamente, também, sobre os impedimentos e entraves às respostas sociais de combate à escravização herdada ainda hoje, e logicamente sobre o combate à herança recente ditatorial, haja visto suas atualizações/efeitos na violência armada na periferia brasileira - e toda sorte de procedimentos estatais para a execução da necropolítica de Estado, no sentido que mobilizamos de Mbembe, aqui.

Mas como pensar e operar uma clínica decolonial, antirracista? Além das ações francamente políticas, como lidar com a transferência marcada pela suspeita, pelo ódio maciço, sem ambivalências? Como responder à dessuposição de saber que é dirigida ao analista? De fato tais elaborações do livro nos mostram a magnitude do desafio do manejo da clínica hoje, especialmente pensando um lugar transferencial que não seja o de um Outro ameaçador e genocida. As particularidades do trabalho com pessoas vitimadas por grave violação de direitos humanos, além das referidas condições de estabelecimento da transferência no contemporâneo, nos trazem, ainda, outros desafios diante das possibilidades de manejo clínico. Como poderíamos atuar desde a ética psicanalítica, de um trauma a outro, estrutural, que Lacan nomeou *troumatismo* da linguagem, ou seja, atravessar o choque e a melancolia, enquanto a guerra cotidiana estiver normalizada? Com a inflexão política estabelecida pela ética do desejo operante em sua clínica, a psicanálise faz ato, hoje, e diz um sonoro não, como Antígona, e não o cessa de fazê-lo.

Cada vez que um coletivo insurge, se produz uma marca de resistência e se *inscrevem traços de memória* sobre ele, diz Guerra (2022 p.168). É fundamental que não sejamos coniventes com a mordaca do silenciamento. O que do real se escreve de modo a recolhermos um trabalho de memória do presente?

Parte 4 – efeitos psicossociais da violência de estado

Para Frantz Fanon, psiquiatra martinicano, a colonização é uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos porque há, na base da dominação colonial, uma “negação sistematizada do outro” (Fanon, 1961/1968, p. 212). *Os Condenados da Terra* (1961/1968) traz casos clínicos que atendeu como psiquiatra na Argélia, tanto nos hospitais quanto nos postos sanitários da Frente de Libertação Nacional, durante o período de 1954 a 1959, casos esses oriundos da guerra de libertação nacional do povo

argelino frente à dominação francesa. São acontecimentos que remontam a um "verdadeiro apocalipse" (Fanon, 1961/1968, p. 213). Para ele, a tortura sofrida, os acontecimentos traumáticos, a internação nos campos de concentração e a generalização de práticas desumanas em um contexto sangrento e impiedoso, se apresentam como fatores desencadeantes da sintomatização do sujeito no contexto da guerra colonial.

I. O caso de n.º 3 da série A, intitulado por Fanon de "Psicose ansiosa grave, do tipo de despersonalização após trucidamento absurdo de uma mulher" (Fanon, 1961/1968, p. 222), traz a história de um jovem militar do Exército de Libertação Nacional Argelina. Ele é descrito como deprimido, tendo constantes insônias, duas tentativas de suicídio. Falava que seu sangue estava indo embora, fazendo alusão a um esvaziamento de si, o que foi entendido por Fanon como uma despersonalização grave. Relatava também perseguição por parte da mulher que matara. O que se releva a partir daí é que a vida desse jovem era baseada em um único objetivo: "minha única ambição sempre foi conseguir alguma coisa para melhorar a existência da minha mãe e de minhas irmãs." (Fanon, 1961/1968, p. 302). No entanto, após alguns meses no maquis, recebeu a notícia de que a mãe fora assassinada à queima-roupa por um soldado francês. Certo dia, relata que foi a uma propriedade de colonos e sabia que o gerente já havia assassinado dois civis argelinos. Ao chegar lá, encontra apenas a mulher do gerente, que suplica que não a mate. Porém, o jovem revela que olhava para a mulher e lembrava da mãe; e, também, que matou esta mulher com uma faca. Assinala, por fim, que após o assassinato cometido por ele, a morta passou a aparecer todas as noites exigindo seu sangue. Ao que retruca: "E o sangue da minha mãe, onde está?" (Fanon, 1961/1968, p. 224).

Quando o jovem faz essa pergunta, podemos pensar uma série desencadeante de situações que associam a morte da mulher do colono cometida por ele e a morte da sua mãe cometida por um soldado francês. Embora o caso clínico não traga outros elementos, podemos pensar aqui na importância de um trabalho político de reconhecimento social do crime, e portanto de seu direito ao luto e, ainda, de tratamento em resposta ao real traumático experimentado, cuja etiologia política a sociedade reconheceria. O jovem somente teve acesso ao serviço de saúde mental após seu ato de assassinato, mas ele mesmo se questiona "E o sangue de minha mãe, onde está?" (Fanon, 1961/1968, p. 224). Ou seja, onde está o reconhecimento social e político da morte de sua mãe por um soldado francês? O não- reconhecimento, o desmentido, o não estabelecimento da verdade de situações como essa trazem inúmeras consequências.

No Brasil, há claramente uma tentativa de invisibilização e silenciamento de acontecimentos históricos cruciais na formação do povo brasileiro. A omissão, ou, no extremo, a anuência da sociedade pavimentam o não-reconhecimento político e social da existência de tais crimes, ficando como um mecanismo perverso do desmentido; todos sabem, mas tudo funciona como se não soubessem ou concordassem com o extermínio da figura criada de um inimigo interno: o que só é possível porque, do colonialismo à ditadura, o luto político foi coletivamente impedido (Costa-Moura, 2023). De acordo com Guerra (op. cit) é propriamente o mecanismo do desmentido que revela o gozo obscuro do mestre colonizador. Encontramo-nos diante, então, da dificuldade imposta ao manejo clínico de operar com um sujeito coisificado, objetalizado, levado à condição de inumano, subjugado por um ódio maciço e genocida da alteridade, ou seja, que não encontra seu avesso no amor, manifestando-se não mais na ambivalência, mas na indiferença, na apatia, ausência de narrativas, de mitos individuais – e portanto se dando como indiferença ao analista.

Podemos trazer alguns elementos de um caso que acompanhamos de um homem que fora baleado ao lado da esposa em um conflito armado ocorrido no local em que se encontrava fazendo compras do dia-a-dia. Após ser baleado, é encaminhado ao hospital para retirada da bala e, no mesmo dia, é levado por policiais até a delegacia para prestar depoimento ainda com sangue na roupa. O que se sucede após esse episódio é uma série de dificuldades na continuidade de sua vida, pensando algumas vezes no suicídio para apelar a angústia de inúmeras perdas: perda da capacidade física, perda do emprego e da capacidade de trabalhar, perda da saúde quando passou a conviver com dores intensas, perda financeira sem conseguir comprar a medicação necessária e sem a disponibilidade dela de forma gratuita, e o não-reconhecimento ao seu acesso por direitos sociais. Dessa forma, encontra-se desamparado, vivendo da ajuda de amigos, mesmo tendo sido sempre o provedor de seu lar. Esse homem, que trabalhou durante décadas e fora acometido por uma bala oriunda de um conflito armado em sua comunidade do Rio de Janeiro, não consegue obter nenhum reconhecimento político e acesso a direitos sociais.

Revivendo repetidamente a cena do dia em que fora baleado, assustando-se com ruídos repentinos que o remetem ao dia do conflito e tendo inúmeros pesadelos em que é agredido, este homem relata acordar sistematicamente assustado e agredindo sua esposa, em uma espécie de mistura e confusão entre o sonho (em que é agredido por pessoas e precisa reagir às agressões) e a realidade (em que precisa ser acordado por estar agredindo

a esposa sem perceber). Nos sonhos, novos elementos vão surgindo e se misturando à cena em que fora alvo atingido. Dessa vez, quem o agride nos sonhos no mesmo cenário em que fora baleado são pessoas com as quais teve relação na adolescência. Sendo assim, de um trauma ao outro, o sujeito aparece. O manejo clínico face ao que Guerra aponta como suspeição e Costa-Moura como apatia, melancolia, portanto, está sendo capital.

II. Ainda partindo das observações clínicas de Fanon, mas, agora, nos casos apresentados na série B, o psiquiatra apresenta alguns fragmentos em que a origem do sofrimento psíquico não parte de um acontecimento traumático em específico, como fazia o anterior da série A, mas da “atmosfera de guerra total que impera na Argélia”. Assim, no caso de nº 4 intitulado “Perturbações de comportamento em jovens argelinos de menos de 10 anos” são reunidas características das quais o psiquiatra diz poder ter observado num grande número de crianças refugiadas, comumente órfãos de pais combatentes ou civis que foram assassinados pelo exército francês. Apesar de tão jovens, era possível constatar a presença marcante de um grupamento de sintomas que revelavam um intenso sofrimento, como um importante apego e procura por imagens que rememorem qualquer aspecto parental, uma forte angústia diante da repreensão de seus comportamentos e uma busca obstinada pela calma e pela afetividade, insônia associada a sonambulismo, enurese periódica e uma tendência à crueldade ou ao sadismo, da qual Fanon revela alguns aspectos:

Tendência sádica. Uma brincadeira frequente: abrir furiosamente inúmeros orifícios numa folha de papel esticada. Os lápis estão todos mordidos, e as unhas roídas com uma constância desesperante. São frequentes as disputas entre elas, malgrado um fundo de grande afeição. (Fanon, 1961/1968, p. 237)

Não obstante as diferenças geográficas e históricas da tensão gerada pelas atmosferas de violências da guerra de libertação argelina e o contexto da política de segurança pública brasileira que certamente têm suas especificidades, ainda assim, são impressionantes as similitudes que encontramos entre esse relato do sofrimento das crianças refugiadas argelinas e aquele a que testemunhamos na escuta de uma criança de 10 anos de idade, moradora de uma favela do Rio de Janeiro e que sofria com assassinato de seu irmão mais velho por um agente do Estado. Ao ser encaminhado até nós, sua mãe nos contava que, imediatamente após a perda de seu irmão, J. passara a ter um severo

quadro de insônia. A dificuldade ao dormir, no entanto, retorna associada também a uma grande agitação motora e a episódios de sonambulismo. Além disso, J. começou a alimentar-se compulsivamente, chegando a repetir seu jantar por cerca de seis vezes. Convocada pelo desespero, sua mãe passou a repreendê-lo e ser obrigada a regular a quantidade de comida da qual J. poderia ter acesso e, com isso, tornou-se alvo de uma repentina e estranha cólera do menino que, antes, sempre muito amável, jamais havia se comportado desta maneira. Num segundo momento, J. dirige sua agressividade a si mesmo, esbravejando quando contrariado: “quero morrer, é por isso que eu vou me matar” (comunicação pessoal). De acordo com Fanon, o elemento da agressividade do colonizado encontra, pela via de seu próprio corpo, um local privilegiado de expressão: “[...] o psiquismo retrai-se, oblitera-se, despeja-se em demonstrações musculares que levam os eruditos a dizer que o colonizado é um histérico.” (Fanon, 1961/1968, p. 42).

O caso de J. ainda revela outro elemento efeito da violência, relativo à manifestação sintomática análoga aos fenômenos de ordem psicótica. Antes de um dos atendimentos, a mãe de J. nos chama para conversar. Diz que seu filho teve um “surto” (comunicação pessoal) no dia anterior. Conta que J., assustado, caiu em lágrimas e começou a gritar ao perceber que era parecido com seu irmão assassinado. Não queria que o tocassem ou chegassem perto dele e, num ato amedrontado, trancou-se no banheiro. Desse suposto episódio, J. nunca mencionou uma palavra sequer. Seus atendimentos eram permeados pelas brincadeiras e pelos desenhos, sempre fielmente retratados. Havia, contudo, uma única exceção: mesmo sendo uma criança negra, J. sempre optava por retratar-se como uma criança branca. Podemos pensar que o temor de J. era, portanto, a partir do luto de seu irmão mais velho, reconhecer-se também como negro, como alvo. Era preciso inventar para si um outro destino, mas esse destino, como nos recorda a famosa passagem de Fanon em *Peles Negras, Máscaras Brancas* (1952/2008), só pode ser um: tornar-se branco. Mas o que significa dizer isso?

A temática da identificação do negro com a figura do branco é longamente explorada por Fanon - cujo desdobramento não pode ser considerado sem a obra da psicanalista Neuza Santos Souza (1983/1990). Segundo ele, o olhar do colonizado para o colonizador é um olhar de inveja, uma vez que o sujeito racializado deseja estar no lugar do colono, mas não para, com isso, ser também um explorador, mas, antes, para gozar daquilo que o colono desfruta. O filósofo camaronês Mbembe (2020) ressalta que a constituição do negro como sujeito racializado, fruto de um mundo colonial

profundamente cindido, depende de que o negro acolha em si uma série de determinações que são oriundas do ideal do branco que passam a habitá-lo e o tomam profundamente em seu Eu. Esse movimento que se impõe violentamente a ele e que, ao mesmo tempo, o inaugura e o constitui, coloca-o, desde o início, na posição do Outro, de extrema instabilidade, marcada pela impossibilidade de se apresentar como semelhante, como humano. Assim, o filósofo coloca:

As formações racistas são, assim, por definição, produtoras e redistribuidoras das mais diversas loucuras miniaturizadas. Contêm em si núcleos incandescentes de uma loucura que se esforçam para liberar em doses celulares, na forma de neurose, psicose, delírio e até mesmo erotismo. Ao mesmo tempo, secretam situações objetivas de loucura, que envolvem e estruturam toda a existência social. Estando todos presos nas tramas dessa violência, em seus diversos espelhos, ou em suas diferentes refrações, todos são, em algum grau, sobreviventes dela. O fato de estar de um lado ou do outro não significa de modo algum que se esteja de fora do campo ou impedido de jogar, longe disso. (Mbembe, 2020, p.135)

O movimento de J., esse episódio notório de “loucura miniaturizada” pode ser compreendido, portanto, como uma maneira de reivindicar um lugar que lhe possa ser próprio, de desabitar uma zona de não-ser: “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano.” (Fanon, 1952/2008, p. 27).

Considerações finais

No presente artigo, buscamos apresentar a dimensão clínico-política da relação entre o discurso capitalista, reiterado pelo discurso colonial no sul global e a condição traumática a partir da política de segurança pública brasileira. Desde Fanon, em sua atuação como psiquiatra na guerra de libertação nacional da Argélia, encontramos manifesto o elemento do traumático no cerne do contexto de dominação colonial, e compreendemos que as semelhanças entre os casos apresentados por Fanon e os nossos não são elementos triviais, uma vez que nos mostram com clareza o traço de algo inassimilável que persiste na subjetividade do sujeito colonizado como efeito de uma repetição. Especialmente no caso brasileiro, a história também não cessa de se repetir: do período da colônia ao império e à ditadura civil-militar-empresarial, bem como, na atualidade, diante da brutal violência armada de Estado em meio a uma gestão criminosa

da pandemia do COVID-19 por aqueles que seguem saudando torturadores e desdenhando do direito ao luto por familiares desaparecidos no regime militar, ou pelos atingidos pela letalidade policial. Como vimos, segundo o GENI- UFF as chacinas não colaboram para a segurança. Esta repetição, portanto, não é fundamentada em razão, por isso mesmo responde ao gozo, gozo próprio ao discurso colonial, como vimos, vigente até os dias atuais na política de segurança pública neoliberal.

Assim, desde a realidade de um Estado que é especialista em matar, silenciar e ocultar, não recuamos diante das dificuldades de sustentar um dispositivo clínico-político que se proponha a interromper o processo de despersonalização ao qual o neocolonialismo e o neoliberalismo submetem os sujeitos: "[...] o colonialismo não fêz senão despersonalizar o colonizado. Essa despersonalização é sentida também no plano coletivo, ao nível das estruturas sociais." (Fanon, 1961/1968, p. 254).

De fato, compreendemos que mesmo a oferta de atendimentos individuais na clínica do NUPP-UFF não deixa de produzir efeitos de coletivização, uma vez que é ao lado dos movimentos sociais e de suas lutas que nos apresentamos e assim permanecemos. Advertidos de que era preciso adentrar na dimensão da disputa de um projeto societário diverso daquele que representa a atualização da guerra colonial em nosso país, fomos ao encontro de movimentos sociais e de luta popular, como a Federação das Associação de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), o Movimento Negro Unificado, o Movimento Parem de Nos Matar, o Quilombo Raça e Classe, as Mulheres do Salgueiro, Coletivo de Educação Popular e pré- vestibulares, fomos também à FIOCRUZ junto ao Favela Viva em parceria com a Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foram organizados sete (07) grupos de trabalhos (GTs) a partir das demandas dos movimentos sociais e, em meados de 2018, foi endereçado à coordenadora deste projeto um convite do Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, à época Pedro Strozenberg, para participar do “Circuito de Favelas por Direitos”, que realizavam em alguns dos territórios mais conflagradas pela violência policial no Rio de Janeiro, segundo o Observatório de Segurança Pública CESeC – convite logo estendido ao movimento dos Psicanalistas Unidos pela Democracia, que nos acompanhou por mais de um ano. Relatamos este marco no dossiê do Ministério Público Federal: Violência de Estado (Costa-Moura; Gomes, 2021) que avalia e monitora o controle externo da polícia pelo Estado onde centramos a discussão no tocante à Justiça de Transição e à herança da violência pretérita mais recente, do período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Deste encontro, recebemos demandas de atendimento, e percebemos a extensão dos graves efeitos sobre a saúde mental da população das localidades que visitamos, muitas vezes logo após as chacinas policiais. Muito naturalmente então, a partir de nossa trajetória na interface da psicanálise com o direito, sabíamos que, no Rio ao menos, a Defensoria Pública segue os princípios de uma Defensoria interdisciplinar convergindo para a ideia da intersetorialidade como elemento que compõe a assistência jurídica, tal os estudos de Renan Sotto Mayor de Oliveira (2019). Foi assim que iniciamos conversas com o Defensor geral, Rodrigo Pacheco e a equipe da Comissão de Direitos Humanos na Defensoria, assim como com a Ouvidoria da Defensoria, em especial Guilherme Pimentel, Ouvidor geral, com a finalidade de criarmos um dispositivo inovador a partir de uma cooperação com a UFF. Fizemos uma série de rodadas de conversa, com muita receptividade a nossa proposta, e aos poucos a equipe jurídica e psicossocial da Ouvidoria/DPERJ puderam nos ajudar a convergir esforços com clínicas pioneiras como o Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência Armada de Estado (NAPAVE), entre outras também muito ativas e contando já, como nós também, com parcerias informais com a Ouvidoria, no mesmo tipo de atendimento em uma gama ampla de territórios atingidos. Foi então que conseguimos nos organizar como uma potente rede de 10 clínicas como a nossa junto à Defensoria. Em 14 de setembro de 2022, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro lançou – de modo presencial e pelo canal institucional no Youtube – a Rede de Atenção a Afetados pela Violência de Estado – RAAVE/ DPERJ, composta e gerida por membros da própria DPERJ, por membros de Movimentos de Mães e Familiares de Vítimas de Violência de Estado, e de grupos de psicologia e psicanálise que já atuavam com pessoas psiquicamente atingidas por esta grave violação de direitos humanos, grupos ligados à Universidades, ou inseridos em ONGs e Sociedade Civil Organizada de renome e reconhecimento público. Através da rede, a Defensoria está encaminhando as vítimas, então, para uma das instituições parceiras, para receber atendimento psicológico ou psicanalítico especializado. Guilherme Pimentel, Ouvidor-geral da DPERJ, esclareceu muito bem no lançamento da Rede que a RAAVE/ DPERJ visa ajudar a suprir a grave carência do serviço público por reparação psíquica para as vítimas de violência estatal, não para substituí-la mas para ser parte do trabalho de construção de uma política pública de atendimento, com diretrizes e experiência dessa articulação oriunda das mães e familiares, sobretudo, com nossas clínicas e pesquisas, para as pessoas afetadas pela violência estatal. Hoje sabemos que

ainda estamos longe de extrair o alcance das consequências que esta inovação aportará ao campo, mas estamos avançando também na escuta coletiva dos familiares e vítimas, além de construindo um trabalho não só somatório das clínicas mas algo de um funcionamento comum também. No momento, inclusive, iniciamos um projeto de expansão da rede RAAVE com fomento por 21 meses do Ministério da Justiça e com (100) cem mães cujos filhos foram vítimas da violência letal de Estado, e que agora, atuam como pesquisadoras da UFF e da UFRJ, e como agentes de Direitos Humanos em seus territórios, auxiliando, por sua vez, novas mães que entraram nesta mesma condição mais recentemente e são atendidas pelas (12) doze clínicas da mesma Rede.

Quanto ao manejo transferencial, nossa parceria com órgão da justiça pode, por vezes, nos trazer desafios, uma vez que ela também é uma instituição que compõe o Estado e, portanto, suscita o temor e a desconfiança de parte da população moradora de favela afetada diretamente pela violência armada de Estado. No entanto, se ainda assim sustentamos a pertinência dessa parceria é porque compreendemos que há uma virtude simbólica não negligenciável na DPERJ, que tem realizado um importante papel na acolhida das vítimas, a qual podemos observar e colher os efeitos. Após o contato com a Ouvidoria da DPERJ, ainda no próprio território por vezes devastado, muitas pessoas nos chegam com alguma clareza de que padecem de algo que não deveria de fato ter ocorrido da forma que ocorreu, e que houve, sim, algo do qual foram vítimas a despeito de toda negação social. Encontraram uma via possível de recobrimento de parte, ao menos, de seu *estatuto político* – estatuto este cuja subtração vem a ser uma das principais características da escravização, para Mbembe (2018). Para a filósofa Marcia Tiburi, tal subtração, presente no processo de invasão, extração de riquezas e colonização latinoamericana tem efeitos no nível da matriz subjetiva da colonização como incapacidade de reconhecer o semelhante no outro, produzindo assim um cancelamento do outro como sujeito de direitos (Tiburi, 2021, p.128). É assim que ao resgatar uma parte do estatuto político das pessoas que nos encaminham - através das ações de defesa judiciária frente ao Estado, o tratamento no NUPP-UFF / RAAVE se beneficia, pois fazendo parte da Cidade é que poderão falar. Foi assim desde a Grécia antiga e, de alguma forma ainda o é – tal víncluo entre a política, a ágora, a cidadania e o uso da palavra. Quando então poder- se-á estabelecer-se ama via para a transferência.

É preciso dizer que esse trabalho guarda uma relação com a Defensoria de cooperação, indicação, recursos mútuos quando necessário, mas não se confundem, e

guardam ainda éticas e missões distintas. Porém, além de ajudar, e muito, nesta indicação e orientação para consultas em ambos os serviços como uma via de mão dupla, também revela uma virtude simbólica não negligenciável. Pelo excelente trabalho da DPERJ a população já conhece hoje este órgão de defesa da população hipossuficiente, de forma que as pessoas já nos chegam com o registro simbólico advindo da própria acolhida para a defesa da DPERJ como tendo sido concreta e irrefutavelmente vítima. Não precisamos sermos situados de saída em uma incômoda incógnita quanto a nossa posição frente ao desmentido social, portanto. Podemos caminhar daí em diante, ou seja no campo social em ações políticas ampliadas, e no tratamento coletivo ou singular colhendo as incidências singulares deste trauma coletivo, levando em conta as etiologias políticas dos determinantes patogênicos, bem como as respostas inconscientes ao horror. Mas não só, evidentemente. Temos colhido muita experiência, inteligência, invenções, articulações, políticas, ensinamentos como pesquisadoras que tais mães são, no sentido dos campos da saúde pública, da justiça, e de sua função no campo da saúde mental, e social. Direções extraídas de suas narrativas memorialísticas, e do trabalho há muito pouco iniciamos com a Arte visando sua transmissão de volta à Cidade. Intentamos construir este relato ao cabo da pesquisa com o financiamento do Ministério da Justiça.

Como reitera Andréa Guerra: “Nem sempre o colonizado sucumbe [...]. Ainda que a violência colonial seja intensa, sistêmica e continuada, há sempre um colonizado, um coletivo, um movimento social, uma greve que rompe com o circuito escravizante e mortífero do gozo colonizador de seu inconsciente” (Ibid, 2023 pp. 167-168). Segundo a autora, o discurso colonial falha porque entra em disputa com outras lógicas veiculadas no social que não são um elogio à dominação/exploração, e é nessa falha que o sujeito aparece como desejante para além de sua condição objetalizada, à mercê do gozo de um mestre colonizador não- localizável, mas que estende sua tirania por toda a parte.

Assim, fazemos também aquilo que nos parecia nossa própria sobrevida em tempos de uma democracia colapsada: partindo de nosso contato com os movimentos sociais e com invenção desta parceria com a Defensoria, apostamos num dispositivo clínico-político orientado pela psicanálise como uma ferramenta capaz de subverter algo dos estragos, relançar a palavra e o laço-social, inclusive exigindo para tal um redirecionamento de nossa própria práxis.

Referências

- BALLESTRIN, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.
- CIDH (2021). **Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. Doc. OEA/Ser.L/V/II. Doc.9/21, 2021.
- COSTA-MOURA, R; GOMES, G.R.H. Sobre o controle externo da atividade policial/militar pela DPERJ em conjunto com profissionais da área da saúde mental. In: 7^a Câmara MPF (Org.). **Violência de Estado: Controle Externo da Atividade Policial, Sistema de Justiça**. Brasília: Ed. MPF, 2021, v. 1, p. 82-101.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. (2016) **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo.
- DUNKER, C. (2018). Crítica da razão diagnóstica. Por uma psicopatologia não-toda. In: Safatle, V., Junior, N. S. & Dunker, C. (Org.). **Patologias do social, Arqueologias do sofrimento psíquico**. (1^a ed., pp. 317-351) . Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- FANON, F. (1968). **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- FANON, F. (2008). **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA. (Original 1952).
- FÓRUM JUSTIÇA. (2023). **Quem Controla a Polícia do RJ**. <https://forumjustica.com.br/conhecimento/letalide-policial-no-rio-de-janeiro-e-respostas-do-ministerio-publico/>
- FREUD, S. & BREUER, J. (2016). **Estudos sobre a histeria**. In: Freud, S. Estudos sobre a histeria (1893-1895). Trad. Laura Barreto, São Paulo: Cia das Letras.
- FREUD, S. (2010). **Além do princípio do prazer**. In: Freud, S. História de uma Neurose Infantil (O Homem dos Lobos), Além do Princípio do Prazer e outros textos (1917-1920) Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, v. 14 (Trabalho original, 1920).
- GRUPO DE ESTUDOS DOS NOVOS ILEGALISMOS. (2023). **Relatório de Pesquisa: Estatização das mortes, mega chacinas policiais e impunidade**. Disponível em: geni.uff.br.
- GOMES, G. R. H.; BONFIGLI, F.; COSTA-MOURA, R. Racismo Estrutural e Discurso, uma análise da ADPF das Favelas: In: Raphael Boldt e Elda Coelho de Azevedo

Trauma, violência de Estado, colonialidade:
elementos para uma clínica-política orientada pela psicanálise no contemporâneo

- Bussinguer. (Org.). **Direitos Fundamentais e Segurança Pública**. Vitória: Dialética, 2024, v. 1, p. 93-113.
- GUERRA, A. (2021) **A psicanálise em eclipse decolonial**, São Paulo: Ed. n-1 + Psilacs.
- GUERRA, A. (2022). **Sujeito suposto suspeito: a transferência psicanalítica no sul global**. São Paulo: N-1 edições.
- KILOMBA, G. (2019). **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- LACAN, J. (2009). **O Seminário, livro 01: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953 - 1954).
- LACAN, J. (2008). **O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1961).
- LACAN, J. **Le Séminaire, Livre 12 - Problèmes cruciaux pour la psychanalyse (1964-1965)**. s.d., 290 p. Recuperado em 24 de junho de 2020, de: <http://staferla.free.fr/S12/S12.htm>.
- LACAN, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola. In: LACAN, J. **Outros escritos** (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original 1967).
- LACAN, J. (1972). Do Discurso Psicanalítico. Conferência de Milão. Recuperado <http://espace.freud.pagesperso-orange.fr/topos/psych/psysem/italie.htm>.
- LACAN, J. (1966-1967). **Le Séminaire, livre 14: La logique du fantasme**. (inédito online).
- LACAN, J. (2007). **O Seminário, livro 23: O Sinthoma**. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho orig. 1975-76).
- LOPEDOTE, M. L. G., MAYORCA, D. S., NEGREIROS, D., GOMES, M. A., & TANCREDI, T. (Orgs.) (2018). **Corpos que sofrem**. São Paulo: Editora Elefante.
- MALDONADO-TORRES, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser. In: Castro-Gómez, S. & GROSGOUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Ed.
- MBEMBE, A. (2018). **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte**. São Paulo: N-1 edições.
- MBEMBE, A. (2020). A Farmácia de Fanon. In: MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade** (1ª ed., pp.110-166). São Paulo, SP: n-1 edições.

- OLIVEIRA, R. V. S. M. **Defensoria pública na rua: limites e possibilidades de acesso à justiça à população em situação de rua**, UFF, dissertação de Mestrado em Sociologia do Direito, 2019.
- RIBEIRO, M. M. DA C. (2020). Como tratar o gozo racista. In: DANZIATO, L.J.B.; POLI, M.C.; COSTA-MOURA, F. (Orgs.) **Cisões e paradoxo na política brasileira: efeitos para o sujeito**. (1ª ed., pp.61-80). Curitiba: Appris.
- SOUZA, N. S. (1990). **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. (2ª ed). Rio de Janeiro, RJ: Editora Graal. (Original de 1983).
- TIBURI, M. (2021). **Complexo de Vira-lata: análise da humilhação brasileira**. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ABSTRACT

The article presents a theoretical discussion with clinical implications on trauma caused by state violence. Based on psychoanalysis, one understands that we are facing a traumatic reality inseparable from its contemporary political dimension. The discussion that is presented is part of the clinical-political work carried out at the Núcleo de Psicanálise e Política da Universidade Federal Fluminense with people affected by violations of elementary rights caused by State agents. The article reports certain difficulties in conducting the treatment, difficulties that led to significant inventions in the device, at the same time that they subverted and continue to subvert our own position in psychoanalysis. Highlighting then the political dimension of the real traumatic paradigmatic of a new discursivity in our time, we find the update of the colonial discourse acting as the truth of the neoliberal capitalist discourse. Faced with the unmasked racist enjoyment of the State, how to build and sustain a decolonial and therefore anti-racist clinic? From the serious psychic suffering that comes to us after extreme armed violence, which does not occur without effects on collective life, the text explores what may be the conditions for opening a clinical-political space in our days.

Keywords: Psychoanalysis. Politics. Trauma. State violence. Coloniality.

RESUMEN

El artículo presenta una discusión teórica y de implicaciones clínicas sobre el trauma por violencia de Estado a partir del psicoanálisis, comprendiendo que estamos frente a un real traumático inseparable de su dimensión política en el contemporáneo. La discusión que se presenta parte del trabajo clínico-político realizado en el Núcleo de Psicanálise e Política da Universidade Federal Fluminense con personas afectadas por violaciones de derechos fundamentales causados por agentes del Estado. Se relatan ciertas dificultades en la conducción del tratamiento que conllevaron invenciones significativas en el dispositivo, al mismo tiempo que siguen subvirtiéndolo nuestra propia posición en el psicoanálisis. Destacando entonces la dimensión política del real traumático paradigmático de una nueva discursividad en nuestro tiempo, encontramos la actualización del discurso colonial actuando como verdad del discurso capitalista neoliberal. Frente al desenmascarado goce racista del Estado, ¿cómo construir y sostener una clínica decolonial y por eso antirracista? A partir del grave sufrimiento psíquico que nos sobreviene tras la violencia armada extrema, que no ocurre sin efectos colectivos, el texto explora cuáles pueden ser las condiciones de apertura de un espacio clínico-político.

Palabras clave: Psicoanálisis. Política. Trauma. Violencia de Estado. Colonialidad.

RÉSUMÉ

L'article présente une discussion théorique basée sur la psychanalyse, ainsi que des implications cliniques sur le traumatisme causé par la violence d'État, en remarquant que nous sommes confrontés à une réalité traumatique indissociable de sa dimension politique dans le monde contemporain. La discussion présentée fait partie du travail clinico-politique réalisé au Centre de Psychanalyse et Politique de l'Université Fédérale Fluminense auprès de personnes touchées par des violations des droits élémentaires causées par des agents de l'État. On rapporte certaines difficultés dans la conduite du traitement qui ont conduit à des inventions significatives dans le domaine du dispositif, tout en continuant à réinventer notre propre position dans la psychanalyse. En soulignant ainsi la dimension politique du réel traumatique paradigmatique d'une nouvelle discursivité à notre époque, nous trouvons la mise à jour du discours colonial agissant comme la vérité du discours capitaliste néolibéral. Face à la jouissance raciste de l'État ainsi démasquée, comment construire et pérenniser une clinique décoloniale et donc antirraciste ? À partir des graves souffrances psychologiques qui arrivent après une violence armée extrême, ce qui ne se produit pas sans effets sur le collectif, le texte explore des conditions possibles pour ouvrir un espace clinico-politique.

Mots clés: Psychanalyse. Politique. Traumatisme. Violence d'État. Colonialité.

RENATA THEOPHILO DA COSTA-MOURA

Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF.
Pesquisadora do Laboratório Psicanálise e Laço-Social – LAPSO/ CNPq.
Coordenadora do Núcleo de Psicanálise e Política da UFF / NUPP-UFF.
Doutora em Psicanálise e Psicopatologia pela Université Denis-Diderot (2000).
costa_renata@id.uff.br
Orcid: 0000-0001-8591-7974

AMANDA ABIGAIL GARCIA DE MENDONÇA

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF.
Mestranda em Psicanálise e Políticas Públicas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
Formação psicanalítica Corpo Freudiano Escola de Psicanálise.
Pesquisadora extensionista do Núcleo de Psicanálise e Política (NUPP-UFF).
amandaabigail@gmail.com
Orcid: 0009-0003-1508-5545

DOLORES CAROLINA MENEZES DA MOTTA

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF.
Mestranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO.
Atuação profissional na Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.
Pesquisadora extensionista do Núcleo de Psicanálise e Política (NUPP-UFF).
doloresmotta@gmail.com
Orcid: 0009-0006-9717-2715

FABRÍCIO MARTINS PINTO

Doutorando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense (PPGP/UFF).
Pesquisador extensionista do Núcleo de Psicanálise e Política (NUPP-UFF).
fabricio.martinspinto@gmail.com
Orcid: 0000-0003-4379-4018

PAULA PEREIRA

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF.
Especializanda em Políticas Públicas pela FIOCRUZ, e em Psicanálise com crianças e adolescentes pelo Instituto ESPE.
Pesquisadora extensionista do Núcleo de Psicanálise e Política (NUPP-UFF).
pereira.paula.psi@gmail.com
Orcid: 0009-0000-1265-9097

Citação:

COSTA-MOURA, Renata Theophilo da; MENDONÇA, Amanda Abigail Garcia de; MOTTA, Dolores Carolina Menezes da; PINTO, Fabrício Martins; PEREIRA, Paula. Trauma, violência de Estado, colonialidade: elementos para uma clínica-política orientada pela psicanálise no contemporâneo. **Psicanálise & Barroco em Revista**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2024.

Submetido: 21.10.2024 / Aceito: 23.12.2024

* Trabalho realizado no Núcleo de Psicanálise e Política da Universidade Federal Fluminense (NUPP-UFF), cofundador da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Rede RAAVE – DPERJ).

COPYRIGHT

Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio para propósitos não-comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium for non-commercial purposes provided the original authors and sources are credited.

